### NACIONAL

PÚBLICO • QUARTA-FEIRA, 2 AGOSTO 2006

#### A VIAGEM

# Embraer e Petrobras na agenda da viagem de Sócrates ao Brasil

O primeiro-ministro deverá visitar a petrolifera Petrobras e a empresa de aeronáutica Embraer na viagem oficial que irá fazer ao Brasil, na próxima semana. José Sócrates parte terça-feira, dia 8, e regresa a Portugal no dia 12, depois de passar por Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. O programa da viagem oficial ainda não está, contudo, fechado, podendo ainda ser canceladas algumas iniciativas previstas. A Petrobras e a Embraer são hoje importantes parceiros, respectivamente, da Galpenergia e da Ogma, embora em di



mensões diferentes. A Galpenergia participa actualmente em quatro blocos de pesquisa e exploração de petróleo em águas ultraprofundas no Brasil, em consórcio com a Petrobras. Face às sinergias ao nível

técnico entre as duas empresas e ao interesse da petrolífera brasileira, chegou-se a colocar a possibilidade de uma entrada desta no capital da Galp, mas isso não chegou a acontecer. Em vez da Petrobras, os dois principais accionistas privados da Galp preferiram a Sonangol e o petróleo de Timor. Quanto à Embraer, que é um dos maiores fabricantes do mundo de aviões de pequena/média envergadura e um dos "milagres económicos" do Brasil, é, desde Dezembro de 2004, o accionista maioritário da Ogma-Indústria Aeronáutica de Portugal, que é também a principal empresa portuguesa do sector. A Embraer adquiriu a Ogma numa altura em que se preparava para lançar os seus novos modelos, tendo feito da unidade de Alverca a sua base de manutenção para o mercado europeu. O grupo brasileiro controla a gestão da Ogma após processo de privatização decidido pelo então ministro da Defesa, Paulo Portas

#### O COMPROMISSO

# Novo mapa das instalações de forças de segurança pronto até final do ano

O novo mapa das instalações de forças de segurança no território nacional deverá ser anunciado até final do ano, anunciou ontem o secretário de Estado adjunto e da Administração Interna, José Magalhães, citado pela Lusa. Questionado sobre a possibilidade de encerrar instalações de forças de segurança, José Magalhães sublinhou que o assunto faz parte de uma "avaliação quase concluída e que será anunciada de uma só vez pelo ministro da Administração Interna". "A imagem tradicional do que vai fechar e do que vai abrir tem que ser complementada com a informação sobre os meios que vão ser atribuídos à GNR e à PSP", realçou.



O Aljube funcionou continuamente como cadeia nos últimos seis séculos

# Governo disposto a ceder o Aljube para albergar um museu

#### ESPAÇO LIBERTADO EM 2007

Reivindicação de cidadãos em vias de se concretizar. Memória da resistência à ditadura pode acordar na antiga cadeia

#### FERNANDA RIBEIRO

O ministro da Justiça, Alberto Costa, afirma-se disposto a ceder o Aljube, em Lisboa, para que o espaço possa ser utilizado para fins museológicos e de testemunho das antigas ocupações que o edificio teve como cadeia onde estiveram reclusas pessoas perseguidas por questões ideológicas.

"A nossa disposição é permitir que aquele espaço, onde actualmente está instalada a direcção regional de Lisboa do Instituto de Reinserção Social, venha a ser utilizado para testemunhar os tempos em que o Aljube funcionou como cadeia. Pode servir para espaço de exposições ou com fins museológicos. O ministério está preparado para permitir essa nova ocupação durante o próximo ano", afirmou ontem ao PÚBLICO Alberto Costa.

Segundo o governante, a direcção regional de Lisboa do Instituto de Reinserção Social – instituição sob a tutela do Ministério da Justiça – deverá, no próximo ano, transitar para outro local, libertando, assim, a antiga cadeia.

Alberto Costa, que esteve detido em Caxias no tempo da ditadura, visitou recentemente as instalações do Aljube e diz ter ficado "impressionado" com os vestígios da época em que para ali eram remetidos os presos políticos do Estado Novo. "Há ali vestígios dos antigos curros [celas sem luz natural, onde só cabia uma pessoa, tal como os curros das praças de touros] e dos gradões que separavam as alas dos corredores, entre outros sinais do que foi a prisão no anterior regime",

citou o ministro, lembrando que o Aljube já antes fora utilizado como cadeia.

"Nos últimos seis séculos, houve um uso contínuo do Aljube como cadeia. As recentes escavações arqueológicas, feitas quando houve uma tentativa de criar ali um anfiteatro, detectaram vestígios mais antigos, que revelaram a utilização do edifício como prisão de pessoas perseguidas fosse por motivos ideológicos ou religiosos", salientou o ministro. "Enquanto o Forte de Peniche ou Caxias simbolizam momentos especiais que se reportam ao Estado Novo, o Aljube foi, ao longo de séculos, um espaço ocupado por vítimas da intolerância", precisou.

A transformação do Aljube num espaço de memória da repressão exercida nos tempos da ditadura de Salazar e Caetano tem sido reivindicada pelo movimento de cidadãos Não Apaguem a Memória, que recentemente entregou no Parlamento uma petição para

que sejam criados núcleos museológicos que lembrem essa época da história contemporânea.

Alberto Costa diz reconhecer o interesse dessas pretensões, mas salienta que a decisão agora tomada se refere apenas à "disponibilidade para que o Aljube possa ter uma utilização mais adequada, tendo em conta as suas ocupações anteriores. Caberá às instâncias competentes dar-lhe nova ocupação".

Para Lúcia Ezaguy e Artur Pinto, dois elementos do movimento Não Apaguem a Memória, a notícia é "motivo de satisfação". "A memória do Aljube como prisão é de facto muito longa e deve ser lembrada, mas, quanto a nós, o mais importante agora é assinalar a história mais recente, em que foi um símbolo da repressão do regime de Salazar e da privação da liberdade de pensamento", disse Artur Pinto. "Só nos alegra ver que há um ministro que tem memória destas coisas", reforçou. ■

# "A repressão existiu", conta quem passou 44 dias nos curros

Artur Pinto, detido pela PIDE em Janeiro de 1965, foi um dos últimos presos políticos a ocupar os curros do Aljube, que fechou meses depois. em Agosto do mesmo ano.

"Estive 44 dias seguidos nos curros. Mas eu não fui dos que mais sofreu, houve bem pior", contou ao PÚBLICO o antigo preso político, que recorda não só a exiguidade da cela — com um metro e dez de comprimento por dois metros de altura — como o facto de não ter luz natural e de ali permanecer na obscuridade e despojado de todos os bens.

"Não tínhamos acesso a nada. Tiravam-

nos tudo, até o cinto das calças. Só o tabaco é que não, lá fumar isso deixavam. Escrever à família era uma vez por semana e nem sempre... E tomar banho era também semanal, quando era, e no mesmo espaço onde fazíamos o resto. A repressão não era só estar preso na cela, era também a humilhação. E aquilo existiu, é bom que seja dito e que não seja esquecido", realçou Artur Pinto.

Embora o movimento Não Apaguem a Memória não tenha ainda definido exactamente o que poderá ser feito no Aljube enquanto espaço de memória, Artur Pinto defende que "seja o que for que ali se faça, seja ou não um museu, é preciso reconstruir uma parte dos curros — que em 1986 Marcello Caetano mandou destruir —, porque eles eram um símbolo da repressão e lembram simultaneamente a resistência que lhes fez frente".

E se no passado dia 1 de Julho muita gente se reuniu à porta do Aljube para declarar o seu apoio ao movimento cívico, Artur Pinto propõe que a próxima iniciativa relacionada com esta antiga cadeia passe por uma visita ao interior da prisão.